

## O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA A SUSTENTABILIDADE E O MEIO AMBIENTE

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.033-004>

**Renato Marchesini**

Mestre em Ciências

E-mail: mínimo\_impacto@yahoo.com.br

---

### RESUMO

A Geografia, a educação para a sustentabilidade e especificamente a educação geográfica para a sustentabilidade são chamadas a responder a uma demanda com profundas conotações sociais, econômicas e ambientais: globalização, mudanças climáticas, desenvolvimento humano, diversidade (biológica, socioeconômico e cultural), desenvolvimento sustentável, que envolve não apenas a individualização das inter-relações, mas também o posicionamento em uma dimensão ética e solidária com as novas gerações. Desta forma, o objetivo geral deste trabalho é apresentar um estudo sobre quais são as contribuições da geografia para a educação e o desenvolvimento local sustentável. O seguinte trabalho se classifica como uma revisão de literatura, no qual foi realizada uma consulta a livros, dissertações e por artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados (livros, sites de banco de dados etc.): Scielo, Portal CAPES e Google Academics para a investigação. As palavras-chave utilizadas na busca foram: “educação ambiental”, “desenvolvimento sustentável” e “geografia”. ensinar Geografia é comprometer-se com a formação do cidadão, levando em consideração a concepção sócio interacionista de Vygotsky defendida pelos autores estudados. Os docentes, no que diz respeito a essa ciência humana, precisam apoiar-se em outros profissionais da área para que os orientem, aperfeiçoando o trabalho com os conteúdos que envolvem a disciplina. É muito importante também que as secretarias de educação disponibilizem melhores cursos e recursos para que os docentes consigam realizar um trabalho satisfatório nessa disciplina totalmente em harmonia com o meio no qual os estudantes estão inseridos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade. Ensino de Geografia.



## 1 INTRODUÇÃO

A escola cumpre o dever de desempenhar um papel formativo e de desenvolvimento na sociedade de forma que essas instituições preparem as pessoas para serem adultos "livres" e capazes, amanhã. A escola deve transmitir conhecimento, valores e hábitos saudáveis para que sejam pessoas integrantes, responsáveis por suas ações e capazes de resolver os problemas da vida.

Existem inúmeras funções sociais que estão presentes na escola, centros educacionais e outros. Esses ambientes não são mais do que uma combinação baseada na realidade social do "mundo adulto" com ordem, hierarquia, normas estabelecidas, objetivos etc. Esta forma faz parte do conjunto social. A escola desempenha um papel formativo na sociedade; prepare os adultos do futuro, transmitindo conhecimentos, hábitos e valores para serem membros úteis, eficientes e felizes (DE OLIVEIRA; DA SILVA; GONÇALVES, 2020).

É a escola, a família, o lugar mais importantes da socialização do indivíduo. É a área onde ele aprenderá a compartilhar, a se limitar, a descobrir o mundo que o rodeia e onde ele está construindo sua identidade. Você conhecerá seu lugar no mundo, a história de sua comunidade, o desenvolvimento da ciência; e no caso de uma pessoa, aprenderão a lutar por seus direitos e devem cumprir as obrigações decorrentes das regras, que tempera seu caráter ao entrar no mundo adulto.

A escola é uma união social, necessária e conveniente para a adaptação dos novos membros ao seu seio, e é um meio que permite a mobilidade social entre os membros das sociedades livres, permitindo o progresso dos mais intelectualmente e civis treinados. Devo mesmo dar oportunidades iguais a todos os alunos, apoiando financeiramente aqueles que são mais desfavorecidos a esse respeito.

A integração entre o conhecimento científico e educacional, aplicado aos problemas locais, constitui um processo necessário para o desenvolvimento do objetivo da sustentabilidade. Para isso, é necessária uma convergência de subtemas geográficos e educacionais que permitam o estudo inter-relacionado do ambiente global e local.

Há uma crescente conscientização sobre o conflito entre as tarefas dos seres humanos e a fragilidade do meio ambiente. Os recursos naturais, em vez de serem explorados em muitas regiões do planeta, terão que sustentar uma economia que em um período relativamente curto possa ser de cinco a dez vezes maior do que a existente atualmente. Isso não pode ser alcançado se a humanidade continuar realizando as mesmas atividades dentro dos padrões atuais de consumo.

Nesse contexto, a Geografia, a educação para a sustentabilidade e especificamente a educação geográfica para a sustentabilidade são chamadas a responder a uma demanda com profundas conotações sociais, econômicas e ambientais: globalização, mudanças climáticas, desenvolvimento humano, diversidade (biológica, socioeconômico e cultural), desenvolvimento sustentável, que envolve não apenas a individualização das inter-relações, mas também o posicionamento em uma dimensão ética e solidária com as novas gerações (SILVA; GRYBOVSKI, 2019).

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho é apresentar um estudo sobre quais são as contribuições da geografia para a educação e o desenvolvimento local sustentável.

A seguinte pesquisa é classificada como uma revisão de literatura definida por Gil (2008) como aquela que utiliza textos (ou outro material intelectual impresso ou gravado) como fontes primárias para obter seus dados. Não é apenas uma coleção de dados contida em livros, mas, ao contrário, concentra-se na reflexão inovadora e crítica de certos textos e dos conceitos levantados neles, no qual foi realizada uma consulta a livros, dissertações e por artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados (livros, sites de banco de dados etc.). As bases de dados utilizadas nesta investigação foram: Scielo, Portal CAPES e Google Academics. As palavras-chave utilizadas na busca foram: “*educação ambiental*”, “*meio-ambiente*”, “*desenvolvimento sustentável*” e “*geografia*”.

## **2 A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA**

O profissional docente é responsável pelo processo de ensino-aprendizagem, que ocorre em diferentes instituições educativas formais. A função que o professor exerce tem características que são próprias quanto à sua profissão, quanto à forma de ensinar, sua importância e as exigências do que se espera do docente diante dos desafios e incertezas no mundo contemporâneo, ou seja, como profissão, à docência pressupõe uma formação para seu exercício.

Todavia, o trabalho do professor, como agente de educação, quando bem direcionado e com diretrizes bem estabelecidas adquire cunho educativo, instrutivo, capaz de despertar no aluno a capacidade de buscar o conhecimento até então desconhecido, conduzido apenas pela orientação consciente do professor (GOMES; PEDROSO, 2022).

Segundo Monteiro (2015), um bom professor deve permanecer onde o pessoal e o público se encontram, lidando com o fantástico fluxo de trânsito em uma intersecção em que entrelaçar uma rede de conectividade se parece mais com uma tentativa de atravessar uma rodovia a pé.

O trabalho docente envolve o processo complexo na relação ensino e aprendizagem. Compreendemos o ensino como prática social complexa, histórica que sofre determinações da sociedade humana. Segundo Monteiro (2015), o ensino como prática social precisa ser problematizado, compreendido e transformado, possibilitando diálogo resultante a partir das relações entre professores e alunos.

A sociedade é um horizonte onde os grupos surgem, desenvolvem vida própria e repartem seus bens. Se a educação é diálogo, encontro e comunicação de um sujeito com o outro, onde o educador e o educando se educam, e se o homem só se realiza na medida em que é um ser com o outro e, se a escola, num certo sentido, institucionaliza este caráter social e prático da natureza humana, ela não pode ser vista como um espaço isolado e artificial. Não é a escola que reúne alunos e professores, mas a necessidade da educação que dá origem a escola. A compreensão deste fenômeno explica e fundamenta



o significado comunitário da escola e as suas relações com o contexto regional (DE OLIVEIRA; DA SILVA; GONÇALVES, 2020).

Desde a Constituição Federal de 1988 que gestão escolar deve ser democrática e participativa em prol do exercício direcionado ao povo. Em seu artigo 206 da Magna Carta é estabelecido como “princípios básicos o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a gestão democrática do ensino” (BRASIL, 1988). Portanto, os princípios considerados na Gestão Democrática devem estar voltados para a descentralização a qual inclui formas não hierarquizadas de discussão, decisões e diferentes ações.

É preciso que todos envolvidos no cotidiano interno e externo da escola participem da gestão, desde professores até a comunidade que existe ao redor da escola. Somente assim a gestão democrática chega à transparência uma vez que toda e qualquer decisão ou ação feita na escola tem que ser de conhecimento de todos.

A gestão democrática busca a autonomia da escola em três grandes áreas: a financeira; a administrativa; e, a pedagógica. Para Gadotti (1994) a gestão democrática é importante, e, principalmente, fundamental para promover melhorias gerais no ensino. Para ele, como a escola deve formar para a cidadania, ela deve dar o exemplo.

Os processos democráticos e descentralizadores englobam uma definição diferente no século atual, possuindo uma centralização em relação às especificidades contextuais dentro de situações escolares. Conforme Libâneo (2008), as pessoas começam a possuir responsabilidades por sua competência e capacidade de sobreviver, surgindo nessa sociedade mutável um novo indivíduo que precisa de cuidados e de direitos. Segundo o autor:

A escola pública democrática, portanto, deve ser compreendida aqui como um lugar para ampliar as oportunidades educacionais, difundir os conhecimentos e sua reelaboração crítica, aprimorar a prática educativa escolar visando à elevação cultural e científica das camadas populares, contribuindo, ao mesmo tempo, responder às suas necessidades e aspirações mais imediatas e à sua inserção em um projeto coletivo de mudança da sociedade (LIBÂNEO, 2008, p.46).

Neste sentido de encontros e desencontros a respeito das políticas públicas, percebe-se que existem caminhos que se contradizem, na série histórica da administração pública, acusando que os movimentos sociais e culturais mexeram nas tradições e mudaram os rumos deste caminho.

A gestão similarmente fomenta o surgimento de órgãos representativos, tais como grêmios escolares, associação de pais e mestres. Acredita-se que dessa maneira, com um acordo entre unidades representativas a atividade torna-se mais democrática e efetiva. A gestão também fomenta a criação de órgãos representativos, tais como grêmios escolares, associação de pais e mestres. Acredita-se que assim, com uma articulação em unidades representativas a participação torna-se mais democrática e eficiente.



A questão educacional, globalmente possui a atribuição social de gerar o desenvolvimento de capacidades específicas do ser humano. O ser humano sendo um ente cultural e possuir seus valores, precisa de uma local para socialização. Entretanto, ocorre uma vivência social conjuntamente tensa, da mesma forma, que precisa ter respeito com as diversidades, precisando seguir regras iguais para todos, é necessário se esforçar conjuntamente através da participação (GOMES; PEDROSO, 2022).

Vale ressaltar que se compreende por comunidade o bairro, a vida, as associações, as sociedades, as instituições. Observa-se implícito no conceito de comunidade, certo grau de solidariedade, de integração cultural, de atuação e sentimento de realidade e, mesmo determinados aspectos geográficos, econômicos e históricos (VIEIRA, FARIA, 2019).

É fato, então, que a centralização a qual ainda impera na maioria das unidades escolares precisa dar vez à descentralização para que a comunidade tenha mais autonomia e passe a agir de forma que beneficiará a todos. O problema persiste porque o próprio Estado e o Município não trabalham com a ideia de cooperação, quando o assunto é administrar as escolas.

Assim, só podemos examinar as relações entre a escola e a comunidade na medida em que nos indagarmos sobre o papel da escola em relação aos elementos conflitantes que tecem as relações da própria comunidade. Nesta mesma perspectiva, podemos questionar como e quem representa a comunidade na escola. De um modo mais direto, a questão é a seguinte: a escola atende aos interesses de alguns ou de todos os membros da comunidade? Na verdade, a maioria de nossas escolas reproduz a sociedade em que vivemos, isto é, serve apenas a uma parte da comunidade (VIEIRA, FARIA, 2019).

Na medida em que a escola desconhece a experiência e o pensamento do aluno e da comunidade, só pode agir como se tivesse o monopólio do saber. A postura pedagógica passa a ser autoritária e, em geral, puramente verbalista. Sem cultivar a reciprocidade a troca essencial de todo o ato de aprendizagem, impõe ao aluno a visão de mundo dominante (GOMES; PEDROSO, 2022).

Uma escola sem a fisionomia de uma comunidade, sem olhos, mãos, braços, enfim, sem um corpo capaz de sentir o mundo externo, não pode realizar a comunicação de conhecimentos, experiências, não pode transformar-se num centro cultural e destituída de uma identidade própria, de objetivas e diretrizes políticas específicas poderá deixar sua marca no aluno e sua influência na comunidade.

Uma instituição realmente integrada ao meio tem a função de analisar e avaliar as próprias condições deste meio, suas relações internas e externas. Além das mudanças de atitudes dos membros da comunidade escolar, onde algumas pessoas não podem impor tudo às outras, não podem ser a origem de todas as ideias e decisões. É preciso ter presente que a educação não se esgota no ensino propriamente dito, e este não se reduz ao chamado conhecimento científico. O conhecimento assume diversas formas: senso comum, arte, religião, tecnologia, ciência, etc. (VIEIRA, FARIA, 2019).



O conhecimento em suas diversas modalidades, e, mesmo sob a forma de cultura, pode ser desenvolvido por atividades como teatro, música, cinema, artes plásticas, dança, leitura e também meios eficazes de intercâmbio de idéias e experiências entre a escola e a comunidade. Essas atividades permitem a participação e a convivência do aluno com os pais, colegas, autoridades de modo mais direto (GOMES; PEDROSO, 2022).

Elas proporcionam uma permanência maior do aluno na escola, evitando que se desloquem para outros pontos da cidade, como acontece hoje com aqueles que querem aprimorar suas potencialidades criativas, e que frequentam o ensino formal durante um período, numa escola, e, no outro período, estudam línguas, balé, música em outros estabelecimentos.

Na realidade, atividades chamadas equivocadamente, de extra classe são fundamentais no processo educativo. Através destas atividades extensionistas como cursos rápidos, palestras, jogos etc., as pessoas da comunidade, de todos os níveis sociais e intelectuais podem contribuir com suas opiniões, experiências, habilidades para o debate e o aprofundamento dos conhecimentos para a realização plena das funções da educação.

### **3 CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA PARA O MEIO AMBIENTE**

Os parâmetros curriculares nacionais (1997) indicam que o objetivo de ensinar Geografia deve possibilitar ao aluno exercer a cidadania, permeando o sentimento de pertencer a uma realidade na qual as relações natureza e sociedade formam um todo integrado (BRASIL, 1997).

Estudar Geografia é pensar e entender o meio no qual está inserido: o mundo contemporâneo, é situar-se, posicionar-se e agir como sujeito transformador de forma racional e crítica.

(...) a geografia deve possibilitar aos alunos a autonomia, a compreensão, limites e as potencialidades da ciência e da tecnologia e bem com os desdobramentos que tal desenvolvimento trouxe na construção das espacialidades geográficas. (BUENO, 2004, 90)

As novas reflexões ligadas ao ensino da disciplina em questão desfazem as simples descrições de lugares e dados numéricos os quais eram prioridades na educação tradicional. O ensino atual deve fazer com que o estudante compreenda o espaço geográfico em sua totalidade. Cavalcanti (2010), diz:

Quanto aos aspectos pedagógico-didáticos das propostas de ensino de Geografia, persiste a crença, explícita ou não, de que para ensinar bem basta o conhecimento do conteúdo da matéria focado criticamente. (CAVALCANTI, 2010, p. 78).

De acordo com essa realidade é preciso rever a atitude de muitos professores os quais ao sentirem insegurança no processo de ensino insegura tendem a uma atitude conservadora, e optam para executar diversas atividades rotineiras em sala de aula, tendo medo de descobrir novos caminhos, novas práticas pedagógicas (DE ARAÚJO, 2021).

Spiegiorin (2007), conclui:

Tais ações podem relevar novas possibilidades de ensino, que possivelmente não seriam desenvolvidas sem uma mediação mais voluntária e menos envolvidas com procedimentos rotineiros, os alunos devem criar, descobrir, explorar e possibilitar novas aprendizagens e estar em constante processo de aprendizagem e descoberta (SPEGIORIN, 2007, p.30).

Devem os docentes, então, ter uma visão de maior praticidade, desenvolver suas aulas de maneira significativa, favorecendo a aprendizagem dos conteúdos que ensinam, envolvendo os estudantes. É preciso articular intencionalmente seus projetos profissionais e sociais, favorecendo a amplitude de cada um.

Ainda de acordo com os PCNs (1997), quando o aluno é levado a pensar em geografia, adquire uma compreensão subjetiva sobre a paisagem como um lugar, uma vez que ela passa a ter significado. São percepções responsáveis em estabelecer parte do processo de construção e representação do meio em que vivemos imprescindíveis para o saber geográfico.

Assim, dentre os diferentes papéis atribuídos à educação geográfica na atualidade, está a percepção do espaço e de tudo o que este espaço pode determinar para as pessoas. Segundo Matias (2006) tem-se a seguinte definição:

À educação geográfica cabem muitos objetivos, dentre eles, destaca-se o de perceber a importância da transformação do espaço e seu impacto no cotidiano dos cidadãos. Perceber essa dinâmica de mudança do espaço geográfico é extremamente complexo, diante das múltiplas relações e áreas de conhecimento envolvidas nesse processo. Assim, o grande desafio da Geografia numa sociedade dinâmica é fazer com que o conhecimento geográfico seja um significativo instrumento para a transformação social e o educando, sendo o agente central desse processo de ensino e aprendizagem, transformando o conhecimento em ferramenta do dia a dia (MATIAS, 2006, p. 250).

Entender as relações entre Geografia e habilidades de orientação espacial é o propósito desse Projeto de intervenção social. Em outras palavras, pretende-se saber como e em quais momentos o conhecimento geográfico auxilia o cidadão na sua prática socioespacial. Antes disso, é necessário observar que a prática escolar atual demanda reconhecer o aluno enquanto sujeito sociocultural, sendo preciso, então, averiguar o seu desenvolvimento cognitivo, psicológico, percepção do espaço e linguagem (MONTEIRO, 2015).

É notório que, com estas percepções o educador poderá investir em estratégias de ensino que diagnostiquem o conhecimento espacial que o estudante possui. O conhecimento acerca do espaço, enquanto percepção espacial é diretamente fundamental na construção do conhecimento geográfico. É através dele que o homem, em sociedade tem a capacidade de estabelecer relações que demarcam o contexto social, cultural, tecnológico, econômico e ambiental.

Ao ensinar, o professor deve atuar como mediador no processo de aprendizagem dos alunos; deve estimular e motivar, fornecer critérios e diagnosticar situações de aprendizagem de cada aluno e toda a classe, esclarecer e fornecer valores e ajudar os alunos a desenvolver os seus próprios, por fim,



deve promover e facilitar as relações humanas na sala de aula e na escola, e seja seu conselheiro pessoal e profissional.

Dadas as demandas educacionais atuais, o trabalho de ensino será reorientado para uma atitude de tutorial, semelhante à da coordenação, assessoria e facilitação de experiências educacionais nas quais o aluno consegue aprender. Da mesma forma, nas salas de aula, um clima de livre expressão será privilegiado e as experiências educacionais serão iniciadas pelo uso planejado, intencional e significativo da questão como ativador de processos integrantes (DE ARAÚJO, 2021).

Se a pedagogia é uma reflexão sobre a prática pela qual a nova teoria é construída e a prática é modificada, tornando-se prática, então a pedagogia geográfica reflete sobre a formação do aluno do conhecimento geográfico, sobre o que a geografia ensina em cada uma das As formas de educação (Formal, não formal e informal), sobre o ensino da geografia, é indicar assuntos identificados e selecionados, problemas, os aspectos da geografia devem ser ensinados na educação básica e em cada nível de escolaridade, da educação. A pedagogia reflete sobre as características da formação e as especificidades da disciplina geográfica que deve ser ensinada aos professores da educação básica, nas singularidades da cultura e nas características cognitivas, sociais, afetivas e intelectuais da cultura populacional (MONTEIRO, 2015).

Ou seja, colaborando o Portal do MEC (BRASIL, 2010) acerca do ensino de geografia conclui que:

Portanto, ensinar conteúdos geográficos, com a contribuição dos conhecimentos escolares, requer um diálogo vivo, verdadeiro, no qual todos, alunos e professores, têm legitimidade para se manifestar, com base no debate de temas realmente relevantes e no confronto de percepções, de vivências, de análises, buscando um sentido real dos conteúdos estudados para os alunos (BRASIL, 2010, p. 03).

É evidente que a contemporaneidade, principalmente no que se refere ao ensino de geografia aponta para o processo de globalização como norteador da relação ensino - aprendizagem. É preciso considerar, entretanto que este processo é complexo dado ao quantitativo de vários países participantes e dada às suas diferenças este aspecto não denota justiça social e nem superação de desigualdades sociais.

Ao tecer considerações acerca do processo de globalização Cavalcanti (2010) disserta que:

Nesse processo, observa-se maior interdependência entre as escalas nas quais os fenômenos e fatos espaciais ocorrem, maior e mais intensa comunicação entre pessoas, empresas e instituições, levando à experiência simultânea (mas não homogênea) com esses fenômenos e fatos, ao adensamento de pessoas em territórios urbanos globais e globalizados, a padronizações de estilos de vida, mas também à acentuação da diversidade cultural (CAVALCANTI, 2010, p. 04).

Sendo assim, o investimento cerca-se na produção de conhecimentos com uma maior abertura, articulação e integração aos diferentes campos da ciência. Também é preciso considerar a tentativa de

superar a racionalidade técnica para uma racionalidade mais prática que considere os fenômenos e fatos sociais vividos. Assim, “[...] busca-se a compreensão da complexidade inerente a esses fenômenos e fatos, expressa em um conhecimento interdisciplinar”. (MONTEIRO, 2015, p. 04).

Igualmente, é preciso considerar que a ciência geográfica é um campo fértil ao compreender o aspecto social dos fenômenos ao eleger como objeto de análise o espaço geográfico.

Um aspecto que nos últimos anos recuperou a importância é a epistemologia; em todos os currículos de estudos de graduação em educação, a epistemologia das ciências sociais e da história e da geografia está incluída. No entanto, a epistemologia, como o próprio nome indica, refere-se ao conhecimento e é um aspecto importante, mas não é a função principal do professor: transmitir o conhecimento, como o sacerdote que comunica a comunhão, mas para formar essa é uma tarefa mais ampla e complexo do que dar conhecimento (VIEIRA, FARIA, 2019).

Pela razão dada, acredito que a reflexão pedagógica deve explicar o papel do conhecimento na escola e a epistemologia da geografia, na medida em que permite selecionar os conteúdos e conceitos que são objeto de exame na escola. Com a mesma linha de pensamento Cavalcanti (2010) nos aponta que:

As pesquisas na linha do ensino de Geografia no Brasil têm sido produzidas com o intuito de compreender a dinâmica desse processo e de indicar caminhos e abordagens que melhor resultados produzem (ou podem produzir) na aprendizagem e na formação do cidadão. Sendo assim, é de se esperar que as orientações da Didática e da ciência geográfica estejam presentes de algum modo na prática de ensino (CAVALCANTI, 2010, p. 05)

O ensino da Geografia implica a existência de uma Didática da Geografia; No entanto, no nível universitário, cada geógrafo progride na pesquisa e no conhecimento da Geografia, mas ao ensinar cursos, em geral, não são aplicados procedimentos para transmitir eficientemente o conhecimento geográfico aos estudantes. Os geógrafos nas universidades são mais pesquisadores do que professores, não considerando conhecimento, conceitos e métodos de ensino com base nas habilidades dos estudantes (VIEIRA, FARIA, 2019).

Em muitas ocasiões, é indicado que o ensino da geografia nas escolas e colégios é rotineiro, teórico, repetitivo de conceitos, passivo, não muito motivador e a responsabilidade dessas deficiências é atribuída aos professores da escola primária e aos professores do ensino médio por pouco ensino os conteúdos da Geografia dentro do programa de Estudos; No entanto, quando esses professores passaram pelas salas de aula da universidade, eles não receberam o treinamento necessário sobre como transmitir os conceitos geográficos, quais métodos usar, o que as práticas a realizar, para que eles apenas dominem a transmissão simples do conhecimento nas geografias que eles aprovaram (GUERRA, 2021).

Quando o objetivo é dar ênfase aos modos de como a escola e o ensino de geografia estão inseridos nas relações sociais, pensamos em uma formação para a cidadania. Atualmente, é necessária

uma revisão constante dos critérios de seleção dos conteúdos geográficos, a construção de novos modelos didáticos, a seleção de conceitos claros e precisos utilizados por esta disciplina, para definir os objetivos de aprendizagem, as diretrizes utilizadas para a sequenciação dos conteúdos, os modelos curriculares de desenvolvimento e as novas propostas no ensino da Geografia. Portanto, é necessário fazer uma profunda mudança nos processos de ensino e aprendizagem (VIEIRA, FARIA, 2019).

Vale salientar ainda que quando se fala em ensinar as Ciências Humanas a exemplo da Geografia, muitos são os desafios encontrados pelos professores, devido às constantes transformações pelas quais passam os sujeitos envolvidos no meio social. Gasperazzo (2010) diz:

Durante o processo de análise e mudanças dos currículos no século XIX, evidenciou-se a mudança para um currículo mais humanístico, com prioridades para atividades mais literárias e de formação da intelectualidade, outras linhas buscaram um currículo mais científico, mais técnico e prático adequado aos processos de mudanças que são desenvolvidos no país. (GASPERAZZO, 2010, p. 44)

Variadas críticas têm se levantado e posto em xeque os sistemas de ensino tradicional, os modelos pedagógicos que são implementados. Torna-se primordial considerar a essência da Geografia como ciência humana no processo de construção do ser humano. Entender essa relevância é permitir que o homem escreva sua história, produzindo cultura ao perceber-se como sujeito.

O ensino dessas duas disciplinas que andam lado a lado tem papel relevante na construção da cidadania e na emancipação social e política dos seres humanos. Por esse motivo, o conhecimento geográfico leva em consideração diferentes povos e culturas em diferentes espaços e temporalidades na simplicidade de suas manifestações (VIEIRA, FARIA, 2019).

No ensino da geografia (GUERRA, 2021):

1. É necessário situar o processo de instrução na zona de desenvolvimento proximal, isto é, ir além do conhecimento espacial no qual o aluno manifesta autonomia total.
2. As representações espaciais que os alunos estão construindo formam uma rede de acolhimento que condiciona a integração de novos conhecimentos.
3. A seleção do conteúdo espacial como conhecimento escolar e seu sequenciamento ao longo do ensino deve levar em conta seu grau de ordem de complexidade os conteúdos espaciais dos mais perceptivos para os da natureza mais abstrata
4. É conveniente propor o conhecimento espacial de situações que têm problemas para o aluno que têm um significado, um valor funcional e que fornecem um contexto ativo para a aprendizagem.
5. Embora a reconstrução do conhecimento seja um processo individual, o ensino deve considerar a interação social como um instrumento básico para facilitar a aprendizagem. A intencionalidade no ensino de geografia é importante para determinar a aprendizagem a ser alcançada, neste projeto é considerado que a geografia é importante na medida em que é

um instrumento para desenvolver habilidades e valores ao redor do espaço e ensinar a pensar o espaço para favorecer o desenvolvimento de uma consciência social crítica.

O grande desafio de ensinar Geografia é conseguir proporcionar ao discente a capacidade de compreender as variadas interações entre sociedade e natureza nas concepções de território, lugar e região, identificando e avaliando as ações dos seres humanos em sociedade e suas consequências em seus múltiplos espaços e tempos. É preciso criar condições para que o educando, através da sua localidade e do seu cotidiano, seja capaz de desenvolver suas ideias no meio social (DE OLIVEIRA; DA SILVA; GONÇALVES, 2020).

O trabalho com diferentes fontes de informação é extremamente significativo neste procedimento, pois embora o nó interdisciplinar específico permita relacionar a Geografia Econômica e Social com outras disciplinas, há elementos em seu estudo que são necessários de diversas fontes, pois fala de conteúdos econômico-geográfico, biológico e/ou químico. Isto permite estar em melhores condições para desenvolver o tratamento ambiental do conteúdo selecionado (SILVA; GRYBOVSKI, 2019).

Sem dúvida, as representações cartográficas permitem maior interpretação na sua integralidade como objeto de estudo, portanto, o mapa geográfico, neste contexto, é um meio de ensino essencial. Como bem explicado em diversas literaturas, no contexto escolar o mapa costuma ser apresentado como um paratexto, ou seja, como um sinal acessório em torno de um texto linguístico. Acredita-se ser necessário voltar ao valor do mapa não apenas como paratexto, mas como texto visual e destacar os processos de comunicação que podem ser estabelecidos na sala de aula a partir deles (DE OLIVEIRA; DA SILVA; GONÇALVES, 2020).

Nesse sentido, o mapa, assim como outros materiais cartográficos, contém uma série de informações que são representadas por um sistema de signos, portanto, no processo de ensino-aprendizagem de conteúdos geográficos, o aluno combina imagens, como as palavras de uma frase, formando uma série lógica, que é como a gramática da linguagem gráfica.

No caso dos mapas geográficos, ter em conta a sua classificação, seja pela extensão do território, conteúdo ou escala; já que o conteúdo do material cartográfico deve estar em correspondência com o tema em estudo. Ao localizar no mapa geográfico o processo ou fenômeno econômico geográfico ao qual se faz menção, deve-se especificar como este ao mesmo tempo afeta o ambiente onde ocorre, a dinâmica ambiental permitirá como esse impacto se comporta no espaço geográfico, mas ao longo tempo. Esta fase procura demonstrar que o espaço geográfico não é inerte, mas pelo contrário dinâmico e que o impacto dos processos econômicos geográficos não se comporta ou permanece o mesmo ao longo do tempo (DE ARAÚJO, 2021).

O tratamento da educação ambiental na disciplina de Geografia Econômica e Social assume atualmente um desafio, uma vez que os avanços científicos e técnicos baseados no desenvolvimento



dos países nem sempre implicam padrões que permitam o desenvolvimento de um processo que não agrida o ambiente (SILVA; GRYBOVSKI, 2019).

Portanto, o tratamento da educação ambiental no processo de ensino- aprendizagem da disciplina Geografia Econômica e Social deve promover uma cultura geográfica ambientalista, um modo de atuação responsável no que diz respeito ao cuidado e proteção dos recursos materiais que estão à sua disposição, pensamento interdisciplinar da educação ambiental, para compreender a importância do seu estudo diante dos problemas ambientais como necessidade social.

#### **4 CONCLUSÃO**

As ciências humanas têm papel essencial na educação, por esse motivo, o currículo foi transformado durante os tempos, a fim de que fossem adaptadas as realidades e necessidades atuais.

É primordial que os planos de aula não fiquem apenas nos livros didáticos, muitas vezes descontextualizados, e no sistema ainda, em sua maioria, tradicional que prioriza a leitura e a repetição, deve-se, portanto, buscar uma educação a qual o aluno possa vivenciar os processos de conhecimento e trazê-los para a sua realidade a fim de que possa fazer a diferença, transformando-os.

É fundamental para o país que os seus cidadãos compreendam o espaço a vida, valorizem o patrimônio sociocultural da sua região ou localidade. Que sejam capazes de identificar as relações sociais no próprio grupo de convívio, que saibam se situar diante dos acontecimentos no contexto no qual se encontram inseridos.

Dessa forma, ensinar Geografia é comprometer-se com a formação do cidadão, levando em consideração a concepção sócio interacionista de Vygotsky defendida pelos autores estudados. Os docentes, no que diz respeito a essa ciência humana, precisam apoiar-se em outros profissionais da área para que os orientem, aperfeiçoando o trabalho com os conteúdos que envolvem a disciplina. É muito importante também que as secretarias de educação disponibilizem melhores cursos e recursos para que os docentes consigam realizar um trabalho satisfatório nessa disciplina totalmente em harmonia com o meio no qual os estudantes estão inseridos.



## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Congresso Nacional, Brasília, 1988.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BUENO, M. R. Proposta curricular de geografia do ensino fundamental - 6º A 9º ANO. Proposta curricular de geografia. Artigo. Educação. Secretaria de Educação de Minas Gerais. 2004.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia e prática de ensino. Goiânia: Alternativa, 2010.
- DE ARAÚJO, Raimundo Lenilde. Ensino de geografia e educação ambiental: uma discussão teórica. REDE-Revista Eletrônica do PRODEMA, v. 1, n. 15, p. 52-60, 2021.
- DE OLIVEIRA, Rita Denize; DA SILVA, José Augusto Lopes; GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira. Bases teóricas para a compreensão do trabalho de campo como metodologia de ensino da Geografia e Educação Ambiental. Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 16, n. 4, 2020.
- GADOTTI, Moacir. Gestão Democrática e Qualidade de Ensino. 1º Fórum Nacional Desafio da Qualidade Total no Ensino Público. Belo Horizonte, julho 1994.
- GASPERAZZO, M. E. Os desafios do Ensino de História no Ensino Fundamental. Artigo. Sistema de ensino ético. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2010.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
- GOMES, Yasmin Leon; PEDROSO, Daniele Saheb. Metodologias de Ensino em Educação Ambiental no Ensino Fundamental: uma Revisão Sistemática. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, p. e35007-33, 2022.
- GUERRA, Fábio Soares. Geografia da percepção e educação ambiental: possibilidades para práticas educativas transdisciplinares. Ensino em Perspectivas, v. 2, n. 3, p. 1-3, 2021.
- LIBÂNEO, J. C. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 6ª ed. -São Paulo: Cortez, 2008.
- MATIAS, Vandeir Robson da Silva. As relações entre geografia, mediação pedagógica e desenvolvimento cognitivo: contribuições para a prática de ensino em geografia. Caminhos de Geografia 24 (17) 250 -264, fev/2006.
- MONTEIRO, Gildênia Lima. Educação Ambiental no ensino de Geografia: uma contribuição do PIBID para alunos ao Ensino Fundamental. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 10, n. 1, p. 281-290, 2015.
- SILVA, Arthur; GRYBOVSKI, Dione. O ensino de geografia e a educação ambiental na educação básica: uma reflexão sobre a prática. Anais do 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia: políticas, linguagens e trajetórias, p. 439-450, 2019.
- SPEGIORIN, M. T. S. Por uma outra geografia escolar. O prescrito e o realizado na atividade de ensino – aprendizagem de geografia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007.



VIEIRA, Ana Paula Borges Ramos; FARIA, Silvana Campos Silveira. Possibilidades de práxis em tempos de retrocesso: um diálogo com a educação ambiental no ensino fundamental. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, p. 184-197, 2019.